

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Petrobrás tem ‘depósito’ irregular no mar	2
Título: Relatório do Ibama vê risco de dano a áreas de recifes naturais	3
Título: Empresas apostam em energia renovável	4
Título: ‘No pós-pandemia, retomada econômica terá de ser sustentável’	6
Título: Energia solar nas residências e no comércio	7
Título: Balanços mostram conta do covid dentro das empresas	9
VEÍCULO: O Globo	10
Título: Deputados americanos pedem explicação a embaixador	10
Título: Painel solar	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/08/2020****Seção: Economia****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Petrobrás tem 'depósito' irregular no mar**

'Almoxarifado submerso' na Bacia de Campos ocupa área equivalente à de Florianópolis; custo para tirar equipamentos seria de R\$ 1,5 bi

Sem nenhum tipo de licenciamento ambiental, a Petrobrás ergueu um "almoxarifado submarino" no litoral brasileiro, lotado com milhares de maquinários e tubulações de suas plataformas de petróleo, que ocupa uma área maior que a da cidade de Florianópolis (SC). O Estadão teve acesso exclusivo ao processo sobre o assunto. A pedido da Petrobrás, o caso passou a correr sob sigilo dentro do Ibama. A petroleira busca um acordo com o órgão ambiental para iniciar a retirada do material lançado irregularmente em seis áreas da Bacia de Campos, região localizada nos litorais do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O volume da parafernália é colossal. Os dados revelam que a Petrobrás tem hoje mais de 1,4 mil quilômetros de tubos de PVC flexíveis, usados na extração de petróleo, lançados no fundo do mar (veja quadro). Somadas, essas seis regiões chegam a 460 quilômetros quadrados. É como se uma capital como Florianópolis (SP) ou Porto Alegre (RS) fosse transformada em um depósito marinho, de forma irregular, como afirma o próprio Ibama em um dos documentos. "As áreas denominadas como 'almoxarifados submarinos' vêm sendo utilizadas pela Petrobrás para o armazenamento de equipamentos (ex.: linhas flexíveis, umbilicais, sistemas de ancoragem) sem o devido licenciamento ambiental", declara o órgão federal.

A definição de "almoxarifado submarino" usada para se referir aos depósitos é da própria petroleira que, em uma reunião realizada em julho de 2019, estimou que o processo de retirada de toda essa tralha deverá custar pelo menos R\$ 1,5 bilhão, além de demorar mais de cinco anos até que tudo esteja devidamente limpo. Tudo começaria em 2022. Somente em 2027 é que a área estaria livre do maquinário (veja texto abaixo). Ao analisar a dimensão do problema, os técnicos do Ibama afirmam que o lançamento e recolhimento desses equipamentos realizados por anos vinham causando "impactos algumas vezes superiores à instalação de um sistema de produção típico, sem qualquer avaliação prévia de alternativas locacionais e tecnológicas e sem qualquer medida controle ou monitoramento".

Multa. Por causa da ausência de licenciamento para fazer essas operações, o Ibama chegou a multar a Petrobrás em R\$ 2,5 milhões e a impor uma

indenização de R\$ 25 milhões pelo impacto ambiental causado, além da exigência de retirar cada tubo e parafuso que a estatal abandonou no litoral brasileiro. Um termo de ajustamento de conduta (TAC) foi firmado entre a petroleira e o órgão ambiental para que o trabalho seja executado, mas após sucessivos ajustes, o fato é que nada foi feito concretamente, até o momento. A Petrobrás foi questionada pela reportagem sobre cada uma dessas informações, incluindo a situação atual de seu acordo, o cronograma de retirada da parafernália e sua possível destinação em solo.

Foi perguntada ainda onde passou a depositar o material que acumula desde 2016, quando o lançamento no fundo do mar foi proibido. Primeiro, a estatal informou que iria apurar as informações. Um dia depois, entrou em contato para pedir mais prazo para dar sua resposta, o que foi concedido. Finalmente, vencido o prazo acordado, limitou-se a declarar que não prestaria nenhuma informação a respeito. Os mesmos questionamentos foram enviados à área de comunicação e à presidência do Ibama, que ignoraram reiterados pedidos de esclarecimento sobre o assunto. A área de comunicação do órgão está impedida de se manifestar para a imprensa desde o ano passado, por ordem direta do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Os documentos mostram que a utilização dessas áreas como almoxarifado não é recente. O relatório revela que a petroleira começou a usar parte da região para depositar seus equipamentos em 1991 e que essa prática foi ampliada nos anos seguintes, até março de 2016, quando o Ibama, que já buscava há anos um acordo sobre o assunto, determinou a paralisação total de lançamentos no oceano. Na prática, a Petrobrás passou mais de duas décadas usando essas áreas como depósito marinho, sob a alegação de que reutilizava em outras plataformas diversos maquinários e tubulações deixados nos locais e de que tinha “dificuldade logística” para adotar outra alternativa. Cerca de metade do que hoje está depositado nas áreas já é considerado material inservível, segundo os relatórios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/08/2020

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Relatório do Ibama vê risco de dano a áreas de recifes naturais

Análise técnica produzida pelo órgão fala em ‘ambientes sensíveis e de alta complexidade’

As seis regiões marinhas transformadas pela Petrobrás em depósito de plataformas possuem “elevada complexidade” ambiental, conforme apontam

relatórios já realizados pela área técnica do Ibama. Os laudos que a petroleira proíbe de serem divulgados à população mostram que grande parte dos “almoxarifados submarinos” – conhecidos como Corvina, Pargo A, Pargo B, Garoupinha, Alsub e Altemp – é fortemente marcada pela presença de bancos de algas calcárias. Esses organismos, assim como os corais, são os maiores responsáveis pelo surgimento de recifes naturais, sendo habitat para uma infinidade de seres marinhos.

É o que afirma o Ibama em sua análise técnica, ao declarar que a falta de licenciamento e de informações sobre o impacto causado “é ainda mais grave, diante da caracterização de parte das áreas como bancos de algas calcárias, ambientes sensíveis e de elevada complexidade”. Mais do que o lançamento de materiais no mar, a Petrobrás fez movimentação intensiva desses materiais nas áreas. Os dados indicam uma “movimentação anual média de cerca de 700 km de equipamentos”, o que equivale à instalação de nada menos que quatro sistemas de plataformas para produção, em média.

“Considerando que as áreas vêm sendo submetidas a impactos recorrentes devido ao contínuo lançamento e recolhimento de equipamentos sem qualquer controle ambiental, entende-se que, a priori, os impactos adicionais para recolhimento definitivo dos equipamentos visando ao retorno das áreas às condições mais próximas ao original são aceitáveis”, afirmam os técnicos. Está prevista a realização de um mapeamento detalhado do fundo marinho em 100% das áreas dos “almoxarifados”, com utilização de um robô submarino operado por controle remoto. Pelo cronograma de ações apresentado pela Petrobrás em julho do ano passado, a empresa deveria ter aprovado, neste mês, o plano de contratação de uma empresa para recolher o material, com previsão de publicar o edital em outubro.

A Petrobrás chegou a apresentar uma “compensação financeira” de R\$ 7,746 milhões pelos danos causados, valor equivalente a um apartamento de luxo na Rua Oscar Freire, no Jardim América, em São Paulo. Os técnicos do Ibama não analisaram a proposta, mas ponderaram que, como exemplo, um acordo realizado com a petroleira para adequar o tratamento da água produzida em 28 plataformas da empresa estabeleceu uma medida compensatória de R\$ 100 milhões. O início efetivo do recolhimento do maquinário, conforme o plano, só deve ocorrer em junho de 2022, com conclusão em dezembro de 2027.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/08/2020

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Empresas apostam em energia renovável

Apelo da sustentabilidade e busca por custos menores levam companhias a investir em usinas para produção de energia eólica e solar

Num movimento semelhante ao que ocorreu nos anos 90 e 2000 envolvendo hidrelétricas, grandes consumidores de energia estão investindo em complexos eólico e solar para se tornarem autoprodutores. O objetivo é ter usinas próprias para suprir sua demanda. Desta vez, no entanto, não é só o fator econômico que pesa na decisão do investimento. O apelo sustentável das fontes de energia a cada dia ganha mais relevância na estratégia das empresas de serem mais “verdes”. Nesse grupo, estão grandes corporações como Anglo American, Vale, Tivit, Vulcabrás e Honda, entre outras.

Algumas dessas empresas já eram autoprodutoras, sobretudo com hidrelétricas, mas não com eólica e solar – vista durante anos apenas como energia alternativa. Ao longo do tempo, com a evolução tecnológica e barateamento do preço dos equipamentos, as duas fontes cresceram no País e estão mudando a matriz elétrica brasileira. Esse amadurecimento permitiu novos projetos de autoprodução de energia, que estavam adormecidos desde meados dos anos 2000. Uma das explicações está na dificuldade para construir hidrelétricas no País, ainda principal fonte de autoprodução, diz o presidente da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), Mário Menel.

“Por causa da pressão internacional contra as usinas, os investidores recuaram. Agora estão indo, especialmente, rumo às eólicas”, afirmou ele. Ao contrário do passado, quando as empresas construíam suas próprias usinas e arcavam com o risco da construção, agora há opções que eliminam esses problemas. A Casa dos Ventos, empresa responsável pelo desenvolvimento de um terço dos projetos eólicos em operação e em construção no País, tem desenhado soluções diferenciadas para as empresas. Num primeiro momento, elas firmam um contrato com a companhia para explorar um determinado potencial eólico. Quando o projeto estiver concluído, ela terá a opção de se tornar acionista do empreendimento e virar autoprodutora.

“Há uma tendência crescente pela energia eólica tanto pelo viés econômico como pela agenda verde”, diz Lucas Araripe, diretor de Novos Negócios da Casa dos Ventos. Corporativos. Os contratos que estão sendo firmados agora são do complexo Rio do Vento (504 MW), no Rio Grande do Norte, cujos investimentos somam R\$ 2,4 bilhões. O projeto foi dividido em oito Sociedades de Propósito Específico (SPE) – sendo um parque eólico para cada –, de forma a permitir um número maior de empresas dentro de um mesmo empreendimento. A companhia desenvolve outro projeto de 350 MW na Bahia e projeta expansão de Rio do Vento (500 MW), também mirando contratos corporativos de longo prazo.

Dos oito parques de Rio do Vento, três – ou 195 MWs – estão contratados pela mineradora Anglo American. “Trata-se da primeira experiência em autoprodução do grupo no mundo”, diz o gerente global de energia e utilidades da multinacional, Alfredo Duarte. Ele explica que a energia é um fator importante de custo para a empresa. Na produção de níquel, representa 30% do custo; e na de minério de ferro, 20%. Por isso, o grupo decidiu desenvolver uma gestão energética inovadora. Segundo o executivo, até 2022, 70% da energia consumida pela mineradora será proveniente de energia solar e eólica. Isso deve ajudar a Anglo American a alcançar a meta mundial de reduzir em 30% as emissões de carbono até 2030, diz Duarte.

A combinação entre redução de custo e sustentabilidade também levou a Vulcabrás Azaleia a fechar parceria com a Casa dos Ventos para se tornar autoprodutora. O contrato, de 7 MW médios, vai abastecer 99% do consumo da empresa, reduzir em 25% o valor da conta de luz e diminuir as emissões em 27 mil toneladas de CO₂ (dióxido de carbono) por ano, diz Luiz Otávio, gerente de QSMS (Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde) da Vulcabrás Azaleia. Segundo ele, projetos sustentáveis também trazem resultados positivos financeiramente. No caso da montadora japonesa Honda, o principal objetivo ao decidir construir um parque eólico no Rio Grande do Sul foi atender a uma determinação do presidente mundial da empresa, que definiu inicialmente uma redução de 30% das emissões da empresa de CO₂ até 2030 (esse número foi elevado para 50% até 2050).

Na ocasião, a unidade brasileira começou a estudar maneiras para cumprir a meta, diz o presidente da Honda Energy, Otavio Mizikami, vice-presidente industrial da Honda Automóveis. Segundo ele, após muita análise, verificou-se que a energia eólica seria a mais viável para alcançar o objetivo. A empresa construiu o parque Xangrilá, de 27 MW, que abastece as fábricas de automóveis e os escritórios da empresa. Com a nova unidade de Itirapina (SP), a montadora decidiu ampliar o parque e colocar mais uma torre, de 3,8 MW.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/08/2020

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: ‘No pós-pandemia, retomada econômica terá de ser sustentável’

“Sem dúvida, a retomada econômica, pós-pandemia, será de forma sustentável. Não é uma moda”, avalia a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abreeólica), Elbia Gannoum. Na avaliação dela, esse movimento não tem volta, até porque as empresas precisam cumprir metas estabelecidas de redução de emissões. Nesse cenário, a energia eólica tem muito a contribuir

pelas características. É limpa, o preço da geração é competitivo e há um enorme potencial a ser explorado Brasil afora.

“O futuro é renovável, competitivo e sem subsídio”, diz a executiva. A multinacional brasileira de tecnologia Tivit captou bem essa cultura. Na sua primeira experiência no setor, a empresa firmou parceria para ser autoprodutora com a Casa dos Ventos e abastecer 100% do consumo do grupo. O gasto com energia elétrica representa entre 7% e 8% dos custos da empresa. “Nossos escritórios já seguem uma tendência sustentável. Descontinuamos embalagens de plástico, fazemos reciclagem e agora temos energia limpa”, diz o diretor financeiro da companhia, Paulo Freitas.

Os projetos solares também têm sido opção das empresas para se tornarem autoprodutoras e mais sustentáveis. “Temos percebido o crescimento de dois movimentos: uma de empresas querendo ser autoprodutoras e outra de empresas (fora do setor) interessadas no negócio”, diz a vice-presidente de geração distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Barbara Rubin. Segundo ela, a fonte de energia tem sido ofertada no mercado como um diferencial de negócio dentro da energia verde. “O avanço da demanda pela fonte de energia vai crescer muito daqui para frente, já que muitas empresas reforçaram seus compromissos de serem mais sustentáveis.”

Se não for no papel de autoprodutoras, as companhias vão tentar comprar a energia no mercado livre, diz ela. Maior parque. De olho nesse avanço, a canadense Brookfield acabou de comprar o projeto de um parque solar em Janaúba, em Minas Gerais. O empreendimento, de 1,2 mil MW de capacidade, custará R\$ 3 bilhões e ficará pronto em meados de 2022, diz André Flores, responsável pela área de energia renovável no Brasil da Brookfield Asset Management. Toda a energia gerada por esse parque solar, que deve ser o maior da América Latina, deve ser negociado no mercado livre de energia. “Cerca de 75% do montante já está contratado.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: Energia solar nas residências e no comércio

O varejista brasileiro Magazine Luiza, em forte ascensão ao longo desta pandemia, deu mais um passo rumo à economia sustentável. A partir do ano que vem, cerca de 20% de suas lojas físicas em funcionamento pelo País serão abastecidas integralmente por energia de geração solar, como informou matéria editada pelo Estadão na edição de 25 de julho. Engana-se quem pensa

que essa iniciativa se limite a olhar apenas em direção a um mundo mais verde e mais habitável para as futuras gerações. O objetivo é também reduzir despesas com a conta de luz. O projeto do Magalu não é montar estrutura de painéis solares sobre o teto das lojas, algo impraticável em unidades instaladas em shopping centers ou em ruas de construções complexas.

Todo o projeto utilizará energia elétrica produzida remotamente. Por esse modelo, uma fazenda de energia solar gera créditos de energia para unidades consumidoras situadas a quilômetros de distância e assim podem obter descontos na conta de luz final. Para o caso, a exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a reguladora do setor, é de que tanto a fazenda quanto a unidade consumidora estejam sob a administração da mesma concessionária de energia elétrica. Pierre-Yves Morgue, presidente da fornecedora GreenYellow, responsável pela fazenda que abastece o Magazine Luiza, explica que sua empresa arcou integralmente com os R\$ 18 milhões necessários para construir as três usinas fotovoltaicas, localizadas nos Estados de São Paulo e do Paraná, a serem utilizadas pelo varejista sob contrato de aluguel. Sem avançar detalhes da operação, Morgue informa que contratos desse tipo devem prever prazos de 10 a 20 anos.

Proporcionam redução média de 20% na conta de luz. O modelo de aluguel de geração remota não é novo. A própria GreenYellow provê há alguns anos o mesmo suprimento para varejistas concorrentes do Magalu, como Casas Bahia e Ponto Frio, do grupo Via Varejo. Bárbara Rubim, consultora da Bright Strategies, especializada em modelos de energia renovável, aposta que esse sistema de locação de equipamentos, que já vinha crescendo, deve ganhar força depois da pandemia, tendo em vista a necessidade premente de derrubar custos. “O consumidor não precisa fazer investimento, nem ter muita área de telhado onde pudesse instalar painéis solares, nem, ainda, contar com imóvel próprio”, explica Rubim.

Uma padaria instalada em imóvel alugado, por exemplo, pode se transferir para outro lugar e, ainda assim, usufruir dos créditos gerados, desde que informe a concessionária sobre a mudança realizada. Outra opção é gerar energia própria a partir de painéis solares instalados ou no teto ou em área à parte. No caso de uma residência para duas pessoas, um investimento inicial de R\$ 13,7 mil com painéis solares próprios deve reduzir em cerca de R\$ 165 a conta mensal de luz, conforme apontam cálculos da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Esse sistema prevê a possibilidade de transferência para a rede da energia não utilizada, operação que geraria créditos que podem ser usados para pagar a energia fornecida pela concessionária nos dias em que a geração solar for insuficiente, ou quando aumentar o consumo doméstico. (As distribuidoras de energia elétrica querem cobrar por esse uso da rede.)

A taxa de retorno é a métrica que precisa ser levada em consideração para avaliar a rentabilidade do investimento. A energia gerada de região para região varia conforme a incidência solar. Na média do Brasil, o retorno, que em 2012 estava avaliado em 12 anos, caiu em 2015 para 7,5 anos e, em 2019, para 4,5 anos. Como a vida útil das placas é de 25 anos, nas condições atuais sobra uma década e meia de rentabilidade. A adoção da energia solar no País e no mundo vem sendo estimulada pelo aumento da eficiência e pelo barateamento dos painéis fotovoltaicos. Na média, seus preços caíram 85% nos últimos dez anos, ainda que importados da China com um dólar cada vez mais alto.

Pelos levantamentos da Absolar, o setor cresceu 50% em potência acumulada entre janeiro e julho deste ano. O presidente do conselho da associação, Ronaldo Koloszuk, aponta dois fatores que explicam esse dinamismo: o maior consumo de energia dentro de casa em consequência da reclusão e o aumento das linhas de financiamento nos bancos, a juros cada vez mais baixos, a partir de 0,75% ao mês. É provável que, dentro de alguns poucos anos, será comum ver sobre telhados hoje ociosos grande número de instalações de energia solar. / COM GUILHERME GUERRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/08/2020

Seção: Colunas

Autor: ANDRÉ VIEIRA, FERNANDA GUIMARÃES, FERNANDA NUNES E WELLINGTON BAHNEMANN

Título: Balanços mostram conta do covid dentro das empresas

Coluna do Broadcast

Junto aos balanços do segundo trimestre, que começaram a ser divulgados nas últimas semanas, tem vindo a público também a conta do covid-19 nas grandes empresas. Sem contar com a redução nos negócios e no faturamento, as companhias tiveram gastos operacionais extraordinários por conta da pandemia. Substituição de funcionários, investimento na prevenção, equipamentos e doações a comunidades próximas às operações estão entre os gastos que não existiram em 2019 – e que as companhias tiveram de arcar para poder continuar funcionando e ajudar no combate à doença. Para grandes empresas de capital aberto – como Vale, Petrobrás, JBS, Usiminas, Ambev –, a conta do covid supera a casa de R\$ 750 milhões no período.

» Comunidade. A Usiminas investiu R\$ 27 milhões em equipamentos de proteção, higiene, adaptação de transporte e restaurantes, além do afastamento de pessoas do grupo de risco. Também doou 170 mil máscaras a funcionários, famílias e comunidade, desinfetou espaços públicos em Ipatinga e

Cubatão, onde estão suas maiores unidades e doou equipamentos a hospitais da região.

» Limpinho. Na Vale, foram US\$ 27 milhões em aumento de custos nas operações e outros US\$ 85 milhões em doações de testes rápidos e equipamentos de proteção individual. No total, a conta soma mais de R\$ 500 milhões. Na Ambev, as despesas em itens para combater o coronavírus chegaram a R\$ 61,3 milhões no trimestre. No ano, o gasto total atingiu R\$ 71,5 milhões. Entram aí gastos com álcool em gel, máscaras e limpeza e doações à comunidade.

» Mais. A Petrobrás gastou R\$ 30 milhões em testes, máscaras, higiene e segurança. Outros R\$ 30 milhões foram para ações de saúde para funcionários, incluindo testes no pré-embarque para plataformas e os que reportam sintomas. Algumas plataformas tiveram pessoal reduzido por casos de contaminação.

» Na conta. Uma das principais fabricantes de equipamentos solares no Brasil, a Weg firmou dois contratos de fornecimento, no valor total de R\$ 30 milhões, para projetos desenvolvidos no Brasil pela Canadian Solar e pela Nebras Power. As duas empresas estão construindo a usina solar Salgueiro, em Pernambuco.

» Expansão solar. A multinacional brasileira está fornecendo às empresas os chamados “eletrocentro solares”, usados na conversão da corrente elétrica de usinas fotovoltaicas. A Weg também está construindo a subestação de alta tensão de Salgueiro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/08/2020

Seção: Mundo

Autor: NAIRA TRINDADE

Título: Deputados americanos pedem explicação a embaixador

Parlamentar brasileiro confirma que Todd Chapman fez lobby por livre comércio na importação do etanol de Iowa para ajudar reeleição de Trump

BRASÍLIA- Dois deputados do Partido Democrata que lideram comissões da Câmara dos EUA pediram explicações ao embaixador americano no Brasil, Todd Chapman, depois que o colunista do GLOBO Lauro Jardim informou que o diplomata estaria fazendo lobby pela redução a zero das tarifas de importação do etanol americano com o argumento de que isso poderia beneficiar eleitoralmente o presidente Trump. Eliminar as tarifas daria vantagem eleitoral a Trump no estado de Iowa, onde o etanol é produzido.

Ontem, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), disse ao GLOBO que Chapman está trabalhando pelo livre comércio na importação do etanol de milho americano com o argumento de que essa medida é “muito importante” eleitoralmente para Trump. Segundo Moreira, o diplomata repetiu várias vezes, em reunião, a proximidade com o calendário eleitoral e frisou a importância de o Brasil ser parceiro comercial dos EUA.

— Ele diz que eles têm um processo eleitoral. Ele não fala diretamente, mas deixa claro que o produtor de etanol americano foi induzido no governo Trump a vender etanol e agora não tem para quem vender, e isso prejudica eleitoralmente o Trump. Então, ele sempre faz alusão que se nós não concordamos com a liberação do comércio de etanol, nós vamos ter uma série de consequências em relação a outros temas que o Brasil tem parceria com os EUA — afirmou Moreira.

PREOCUPAÇÃO COM NORDESTE

O embaixador tem usado o mesmo discurso para convencer integrantes do governo Bolsonaro a ceder à transação, segundo fontes ouvidas pelo GLOBO. Nas conversas, ele também reforça a importância eleitoral deste processo para Trump. Reservadamente, os ministros Paulo Guedes (Economia), Tereza Cristina (Agricultura) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)** têm demonstrado preocupação com as pressões. Eles devem se reunir em breve com o chanceler Ernesto Araújo para tratar do assunto.

Há uma preocupação com o aumento do desemprego em meio à pandemia do coronavírus, principalmente no Nordeste, caso o governo decida absorver o etanol americano. A liberação é considerada prejudicial para a região, que produz etanol de cana de açúcar.

— Nós estamos numa pandemia, com consumo de combustível reduzido, gastando menos que antes. Fazer isso significa quebrar uma cadeia produtiva importantíssima para o Nordeste. Se liberar, será a mesma coisa que dizer que nós gostamos mais do povo americano do que do nosso — frisou Moreira.

No texto da carta enviada a Chapman, os deputados Eliot Engel, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos EUA, e Albio Sires, presidente da Subcomissão para o Hemisfério Ocidental, Segurança Civil e Comércio, se dizem “extremamente alarmados” com o conteúdo da nota, que indicaria que o embaixador “usou sua posição para beneficiar a campanha” à reeleição de Trump.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos EUA vai abrir uma investigação sobre o caso, segundo o New York Times. Em declaração ao jornal, o Departamento de Estado, equivalente ao Ministério das Relações Exteriores, negou que o embaixador esteja em campanha. “Alegações de que o embaixador pediu aos brasileiros para apoiar um candidato específico são falsas. Os EUA há muito tempo têm como foco a redução de barreiras tarifárias e vão continuar a fazê-lo” Procurada, a embaixada dos EUA não se manifestou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/08/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Painel solar

As gigantes Andrade Gutierrez, BMPI Infra e Green Yellow criaram uma empresa para geração distribuída de energia em Minas Gerais, a Evoluta Energia. Com investimento inicial de R\$ 160 milhões, para a construção de usinas geradoras de painel solar, o foco da companhia será o mercado de pequenas e médias empresas. A promessa será de baixar as contas dos consumidores mineiros em até 20%.

CAPAS DE JORNAIS

O ESTADO DE S. PAULO



Domingo 2 DE AGOSTO DE 2020 R\$ 7,00 ANO 141 Nº 46310

estadão.com.br

Ensaio
para a
volta às
aulas

Colégio Porto Seguro se adapta para manter plataforma online, mesmo com a retomada das aulas presenciais. Pesquisas mostram que crianças transmitem menos a doença, mas pais e professores estão inseguros para voltar por causa do controle da pandemia. METRÓPOLE / PÁG. A11



NA QUARENTENA

UMA CONVERSA:
LUCIANO HUCK & PETER DIAMANDISALIMENTOS,
ENERGIA E
AMBIENTE

Geneticista e empresário americano cita áreas em que Brasil pode ser líder. PÁGS. H6 e H7

OMISSÃO, CAUSA
DAS QUEIMADAS

Passividade nivela população e governos na destruição da Amazônia. PÁGS. H10 e H11

Cenário da
eleição em
São Paulo põe
polarização
em xeque

Perfil dos pré-candidatos na capital mostra que disputa PSDB x PT pode virar antibolsonarismo x antipetismo

Com 11 pré-candidatos declarados a três meses e meio da eleição, a disputa pela Prefeitura de SP projeta, neste momento, o rompimento da tradicional polarização PSDB x PT na cidade – os dois partidos disputaram o segundo turno três vezes entre 2004 e 2016. Indica também que não deverá haver, na capital paulista, a repetição do embate entre bolsonarismo e petismo, que marcou a última eleição presidencial. Enquanto a direita conservadora busca os votos bolsonaristas, mas evita se associar ao presidente Jair Bolsonaro, a esquerda vê o PT isolado. Para o cientista político Carlos Melo, professor do Insper, a campanha deve ser marcada pelo que ele chama de “antipolarização”.

• ‘Estadão’ lança calendário
O Calendário do Estadão é o guia o usuário para conteúdos relacionados a datas e eventos das eleições municipais no Brasil e presidencial nos EUA. PÁG. A6

de”: o antipetismo de um lado e o antibolsonarismo de outro. Na avaliação do cientista político Marco Antonio Teixeira, da FGV, a dispersão de candidaturas também pode ser explicada pelo fim das coligações partidárias. Sem coligações, legendas menores veem no lançamento de candidato a prefeito a possibilidade de puxar votos para eleger vereadores. POLÍTICA / PÁGS. A6 e A8

Conselheiro do
BNDES tem elo
com contratada

O BNDES fechou contratos de R\$ 9,7 milhões com um consórcio, do qual faz parte o grupo G5 Partners, para modelagem de privatisações e contratos. O G5 tinha entre seus sócios, até novembro, Marcelo Serfaty, presidente do Conselho de Administração do BNDES. AGU apura possível conflito de interesses. POLÍTICA / PÁG. A7

Petrobrás guarda
máquinas sob a
água sem licença

Sem nenhum licenciamento, a Petrobrás deposita milhares de máquinas e tubulações de suas plataformas no fundo do mar. O equipamento, que inclui 1,450 km de tubos flexíveis, ocupa área do tamanho de Florianópolis e sua remoção custaria R\$ 1,8 bilhão. A petroleira busca acordo com o Ibama. ECONOMIA / PÁG. B6

Reinvenção dos CEOs
COVID FORÇA
EXECUTIVOS A
REPLANEJAR

Com a pandemia, presidentes de empresas trocaram prazos semestrais por trimestrais em projetos e metas. Reuniões diárias passaram a ser frequentes. Flexibilidade é palavra-chave. ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3

PANDEMIA NO PAÍS

• Conforme os números levantados pelo consórcio da imprensa

TOTAL DE MORTES	93.616
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.048
MÉDIA DIÁRIA DE MORTES (7 DIAS)	1.017
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	2.708.876
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	42.578
TOTAL DE RECUPERADOS*	1.865.729

NA VITRINE
DO BASQUETE

A seleção brasileira não conseguiu vaga na Olimpíada de Tóquio, mas o desempenho das jogadoras chamou a atenção de clubes do exterior. Pelo menos seis já assinaram contrato com clubes da Europa, entre elas a ala Isabela Ramona. ESPORTES / PÁG. A15

Fernando Henrique Cardoso
Brasil precisa de intelectuais da tempera de Celso Furtado e Florestan Fernandes. ESPAÇO ABERTO / PÁG. A2

Vera Magalhães
Tão em voga nos palanques em 2018, o combate à corrupção agora virou estorvo. POLÍTICA / PÁG. A6

Renata Cafardo
Diferentemente da educação hoje valorizada, nova escola será cheia de “não pode”. METRÓPOLE / PÁG. A12

NOTAS & INFORMAÇÕES

O futuro do SUS

Ter de contar com o SUS não deveria ser um peso para milhões de brasileiros, que assim veem a prestação do serviço. PÁG. A3

Combate à corrupção não tem dono
Brasil já deu sinais de que pode combater corruptos sem salvadores da pátria. PÁG. A3

‘Ala pragmática’ vence na indicação para o BB
ECONOMIA / PÁG. B4

Facebook bloqueia perfis no exterior
POLÍTICA / PÁG. A6

Tempo em SP 11º Min. 22º Máx.



FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.359

DOMINGO, 2 DE AGOSTO DE 2020

R\$ 7,00

#UseAmarelo pela Democracia



Fotos: Eduardo Krapp/Folhapress

SOBREVIVENTES DE HIROSHIMA REENCENAM HISTÓRIA 75 ANOS DEPOIS

Takashi Morita, 96, Gunko Watanabe, 77, e Kunihiro Bonkohara, 80, relatam suas trajetórias na peça 'Sobreviventes pela Paz' e até hoje se questionam por que estão vivos Mundo A14 e A15

Covid-19 já atinge 98% das cidades brasileiras

Cinco meses após o primeiro caso de infecção pelo coronavírus no país, 5.442 dos 5.570 municípios brasileiros já contabilizam registros da Covid-19, segundo dados até o dia 30. Os números evidenciam a interiorização da doença. Hoje, 58% dos casos mais recentes são de fora das capitais e regiões metropolitanas. Saúde B1



Alcione, em show antes da pandemia Marcos Hermes

MÔNICA BERGAMO B9

Parada indigesta

A cantora Alcione conta que adora lives, mas prefere o 'zóio no zóio'

Reforma de Guedes aperta a tributação na internet

Projeto responsabiliza comércio eletrônico pelo recolhimento de novo imposto

Projeto de reforma tributária do Ministério da Economia, que acaba com PIS/CoFins e cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), responsabiliza as plataformas de comércio eletrônico, como aplicativos e marketplaces, pelo recolhimento do tributo de terceiros.

Nas regras atuais, não existe definição clara do papel dos negócios digitais, e a iniciativa do governo já causa controvérsia. Para advogados do setor, a proposta fere o Código Tributário Nacional e deve ser revista pelo Congresso ou mesmo ser questionada no Judiciário.

Segundo o texto elaborado pela pasta de Paulo Guedes, as plataformas passarão a ter de recolher a CBS sobre a transação realizada por seu intermédio "em que a pessoa jurídica vendedora não registre a operação mediante a emissão de documento fiscal eletrônico".

Para a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, o mecanismo afetará principalmente microempreendedores, pois os custos serão repassados. Mercado A18 e A20

Proposta, mais tímida que as do Congresso, pode elevar carga tributária A20

Marcelo Leite
Truculência está em nosso DNA, por mais que se negue
Saúde B3

Saúde B4
Trabalhos sobre células T ganham Prêmio Octavio Frias de Oliveira

Cotidiano B6
Moradores da periferia fazem cinema a partir de suas histórias

Esporte B7
Corinthians, Mirassol e Ponte precisaram renascer para chegar às semis do Paulista

Ilustrada B8
Estilistas resgatam máquinas para fazer roupas masculinas sob demanda

Governo escolhe novo presidente para o BB
André Brandão, do HSBC, deve substituir Rubem Novas após rito de confirmação do nome. Mercado A20



No centro, a diretora Juliana Jesus, que mora no Jardim Miriam, na zona sul da capital, e produziu curtas com membros da família atuando Rubens Cavallari/Folhapress

Associar fascismo e liberalismo não é honesto, diz grupo
Ilustríssima B12

STF e Congresso veem excessos do Executivo

A atuação do governo em favor de apoiadores de Jair Bolsonaro e operações da PF contra opositores têm incomodado o Judiciário e o Legislativo. Uma ação no STF que questiona Alexandre de Moraes, assinada pelo presidente, foi vista como uso da AGU para agradar a base. Poder A4

PAINEL
Facebook recua e barra bolsonaristas fora do Brasil
Poder A4

Pandemia no Brasil

Brasil
Casos 2,7 mil 44,6 mil 33,3%
Óbitos 93,6 mil 1.017 -2,8%
Dados das 20h de 1º ago. *Média móvel de 7 dias. **Em relação a 14 dias

Estágios da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Desacelerado
■ Reduzido



Estados com mais óbitos

Total
1º SP 23 mil
2º RJ 13,6 mil
3º CE 7,7 mil

Situação nos municípios

■ Acelerados
■ Reduzidos
São Paulo (SP)
Recife (PE)
Salvador (BA)
Belém (PA)
Guarulhos (SP)
Manaus (AM)
Campinas (SP)
São Luís (MA)

ISSN 1644-5711
9 771414 572018

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 197.389.357
VISITANTES ÚNICOS 36.715.131

ATMOSFERA

São Paulo hoje
22°
11°

Rio 13 27
Brasília 13 25
Ribeirão 16 28

EDITORIAIS A2

Bolsonaro do sertão
Sobre iniciativas político-eleitorais do presidente.

Corrida do ouro
Acerca de valorização do metal durante a pandemia.

Q SEQUENDO EM QUARENTENA

Gay Talese defende liberdade de expressão contra 'mentes propugnadas' das redes sociais

Andressa Balthazar Na TV como Fátima, atriz fala sobre o desmonte da cultura



ela

O GLOBO



Seu endereço: Rua da Assembleia, 100 - Centro - Rio de Janeiro, RJ 20060-000

ISSN 0001-5128 (impresso) e 2446-1811 (online) - Cód. de Reg. Imp. 0001-5128 - Cód. de Reg. Imp. 2446-1811

INTERNACIONAL Alcaldes de Bogotá e outras cidades da Colômbia pedem a prisão de Gustavo Petro	AMÉRICA DO SUL Super-Velocidade: a polícia brasileira investiga o caso	AMÉRICA DO NORDE A economia da Paraíba está em recuperação
AMÉRICA DO SUL Alcaldes de Bogotá e outras cidades da Colômbia pedem a prisão de Gustavo Petro	AMÉRICA DO NORDE A economia da Paraíba está em recuperação	AMÉRICA DO NORDE A economia da Paraíba está em recuperação

DE OLHO EM 2022

Bolsonaro busca apoio e amplia pressão por gastos

Equipe econômica é cobrada por ministros a liberar recursos

A equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PSL) está sob pressão dos ministros da Fazenda e da Economia para liberar recursos para o pagamento de salários e benefícios dos servidores públicos. A equipe econômica também está sob pressão para liberar recursos para o pagamento de salários e benefícios dos servidores públicos.

SPIN DE SÃO PAULO
Facebook: Mídia contra de Bolsonaro no exterior

INTERVISTA EXCLUSIVA

Stá, filme corajoso da internet em população que não se espanta

NOTA POR ROBERTO

Alvo de ataques, Lava Jato busca novo formato

Ação promovida pela Lava Jato, que busca a prisão de Lula, está sob pressão dos ministros da Justiça e da Economia para liberar recursos para o pagamento de salários e benefícios dos servidores públicos.

Ceja

Diversidade para além do marketing

O movimento LGBTQ+ está ganhando força no Brasil, mas ainda enfrenta muitos desafios. A diversidade não pode ser apenas uma questão de marketing, mas sim uma questão de respeito e inclusão.

Executivo do IBGE descrito para presidir o Banco do Brasil

O executivo do IBGE, Alexandre Gusmão, está sendo considerado para presidir o Banco do Brasil.



Nova em fôlha para celebrar Nossa Senhora da Glória

A nova em fôlha da Igreja de Nossa Senhora da Glória, em São Paulo, está sendo celebrada por milhares de pessoas. A nova em fôlha é uma tradição religiosa que ocorre anualmente.



Problemas não são apenas de saúde

Rede pública: menos dinheiro e mais alunos

Uma rede pública de ensino que sofre com a falta de recursos e a falta de professores. A rede pública está enfrentando muitos desafios, incluindo a falta de recursos e a falta de professores.

Uma rede pública de ensino que sofre com a falta de recursos e a falta de professores. A rede pública está enfrentando muitos desafios, incluindo a falta de recursos e a falta de professores.



A nova 'atômica' plástica

A nova 'atômica' plástica é uma nova tecnologia que permite a criação de plásticos mais fortes e duráveis. A nova 'atômica' plástica é uma nova tecnologia que permite a criação de plásticos mais fortes e duráveis.

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1809, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, 2 DE AGOSTO DE 2020

(DOMINGO)

Número 20.889 76 páginas R\$ 4,00

Claudia Ruiz Chacabarro

Revista do CORREIO

Registros da quarentena

O isolamento social fez surgir um novo serviço: os ensaios fotográficos a distância. Por meio de lentes de celular e telas de computador, profissionais reinventaram-se e ajudaram a levantar a autoestima dos clientes. Claudia Ruiz criou até um projeto, o Quarantine Grains. CAPA E PÁGINAS 6 A 8



Sucessão planejada

Crise sanitária leva ainda mais pressão às empresas familiares, que precisam se preparar para possíveis pendas. TRABALHO, PÁGINAS 2 A 6



A cultura que salva

Artistas de Brasília contam como têm aproveitado a pandemia para pôr leitura, música e filmes em dia. DIVERSÃO & ARTE, CAPA



UnB começa testes para vacina contra a covid-19

Em parceria com o Instituto Butantan, a Universidade de Brasília inicia, nesta quarta-feira, a testagem da vacina contra a covid-19. Na primeira etapa, só participarão profissionais da saúde. A meta é vacinar de 20 a 40 pessoas por dia, até atingir 850 voluntários. Serão aplicadas duas doses em um intervalo de 14 dias. Foi montada uma estrutura específica no Hospital Universitário de Brasília (HUB) para as pesquisas. A vacina é produzida pela farmacêutica chinesa Sinovac Biotech. Para epidemiologistas, os resultados das fases anteriores são promissores. Apesar das expectativas positivas e da ansiedade da população, ainda não há prazo definido para a disponibilização do imunizante, diz Gustavo Romero, coordenador do estudo e pesquisador do Núcleo de Medicina Tropical da UnB.

- Apenas 64 cidades mantêm doença fora das fronteiras
- Coronavírus expõe falta de política pública para idosos
- Cientistas mapeiam os riscos de reinfecção pelo vírus

PÁGINAS 5, 6, 16 E 18



Gratidão une pacientes e profissionais da saúde

Brasilienses curados de covid-19 e outras doenças falam do vínculo criado com médicos e enfermeiros, únicos com quem mantinham contato durante o tratamento. A família de Maria Neuza Pinheiro, 96 anos, (D) homenageou a equipe no dia da alta da matriarca. Um problema grave de saúde levou Anny Beatriz Gomes, 7, ao hospital no meio da pandemia. Carlinho ultrapassou os cuidados médicos. PÁGINAS 20 E 21



Renda no Lago Sul resiste à pandemia e é a maior do país

Bairro mais nobre de Brasília tem renda média de R\$ 23.019 contra R\$ 2.981 de todo o Distrito Federal. Quando considerados apenas os moradores que declaram Imposto de Renda, o ganho médio no Lago Sul sobe para R\$ 38.460, segundo a Fundação Getúlio Vargas. A região concentra a elite do funcionalismo do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, além da nata do empresariado. PÁGINA 7

FINANÇAS

André Brandão vai comandar o BB

Executivo do HSBC foi o escolhido pelo ministro Paulo Guedes para presidir o Banco do Brasil. PÁGINA 4

NEGÓCIOS

Empresas driblam a crise e abrem vagas

Enquanto muitos empreendedores viram o faturamento desabar, outros enxergaram espaço para crescer. PÁGINA 11

Facebook acata ordem do STF

Rede social recua e decide cumprir determinação do ministro Alexandre de Moraes de bloquear, no mundo, perfis bolsonaristas que espalham fake news. PÁGINA 3

Ministério Público em chamadas

Decisão do procurador-geral da República, Augusto Aras, de intervir na Lava-Jato abre a maior crise na história do órgão. Repercussões podem ser desastrosas. PÁGINA 2



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(061) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS

MME / ASCOM .